



Sinopse Econômica 114

JULHO DE 2002

Fechamento da edição: 01/08/02

BNDES\ Área de Planejamento - Tel: (021) 2277-7369

e-mail: aalem@bndes.gov.br

Endereço na Internet - <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/>

Equipe Técnica: Ana Claudia Alem, Filipe Lage de Sousa e Gisele Norris

Apoio: Mariana Nunes dos Santos

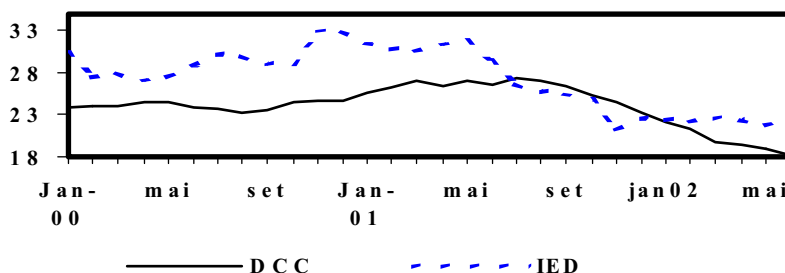
1) Política Econômica

A evolução da Conta Corrente e do IED no primeiro semestre de 2002

Segundo o Banco Central, o déficit em transações correntes em junho foi de US\$ 1,3 bilhão. No primeiro semestre, o déficit acumulado foi de US\$ 8,3 bilhões, significativamente abaixo dos US\$ 14 bilhões registrados em igual período de 2001. O melhor resultado deste ano decorreu, principalmente, da melhora do saldo comercial, que passou de um déficit de US\$ 73 milhões no primeiro semestre de 2001, para um superávit de US\$ 2,6 bilhões no período de janeiro a junho de 2002. Em 12 meses até junho, o déficit em transações correntes acumulado foi de US\$ 18,2 bilhões.

Vale ressaltar o comportamento favorável dos Investimentos externos diretos (IED), apesar das turbulências que vêm ocorrendo ao longo do ano. Em junho, os IED totalizaram US\$ 1,53 bilhão. No acumulado no ano até junho, o montante foi de US\$ 9,62 bilhões, e em 12 meses, atingiu US\$ 22,17 bilhões, valor mais que suficiente para financiar o déficit em transações correntes – ver Gráfico 1.1.

GRÁFICO 1.1
IED E DÉFICIT EM C. CORRENTE - US\$ BILHÕES
ACUMULADOS EM 12 MESES



De acordo com o Banco Central, parte do montante dos IED não decorreu de “investimentos novos”, mas sim do aumento das conversões de dívidas em investimento, resultante do aumento da volatilidade do mercado de câmbio brasileiro. Com a subida do preço do dólar, as empresas preferiram não se desfazer de seu fluxo de caixa e converter estes empréstimos em investimentos. Grande parte das dívidas são com as próprias matrizes das empresas. Este movimento de conversão de dívidas tem dois efeitos

SUMÁRIO

2) Nível de Atividade:

A taxa de desemprego e o rendimento médio real.....3

3) Inflação:

O IGP-M em Julho.....5

4) Finanças Públicas:

A dívida líquida do setor público6

5)-Mercado Financeiro:

Banco Central reduz a taxa de juros básica..... 8

6) Setor Externo:

Preços das Exportações prosseguem em recuperação.....10

7) Operações do BNDES e da FINAME.....12

8) Anexo Estatístico.....14

TABELA 1.1
IED NO BRASIL - DISTRIBUIÇÃO SETORIAL (%)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002(1)
Agricultura, pecuária e ext. mineral	1	3	1	2	2	7	3
Indústria	23	13	12	25	17	33	35
Fabr. produtos aliment. e bebidas	2	2	1	4	3	3	15
Fabr. de produtos químicos	3	2	2	5	4	7	9
Fabr. artigos de borracha e plástico	0	1	1	1	0	1	1
Fabr. produtos minerais não-metáls.	3	1	0	1	0	1	0
Metalurgia básica	0	0	1	0	1	2	1
Fabr. de produtos de metal	1	0	0	0	0	0	0
Fabr. máquinas e equipamentos	2	1	1	0	2	2	1
Fabr. máquinas escrit. e equips.	0	0	0	2	0	0	0
Fabr. máquinas, apars. e mats.	0	1	0	1	0	2	1
Fabr. mat. eletrôn. e equips. de	1	1	1	2	2	6	1
Fabr. mont. veícs. automs., rebs. carroç	4	1	5	7	3	7	4
Outras	6	1	1	2	1	3	2
Serviços	76	84	88	73	81	60	62
Eletricidade, gás e água quente	21	23	9	11	10	7	13
Comércio	8	5	9	10	5	8	6
Correio e telecomunicações	8	5	11	28	36	20	25
Intermediação financeira	5	10	25	6	21	10	7
Seguros e previdência privada	2	1	0	0	0	3	2
Ativs. de informática e conexas	0	1	2	0	4	3	2
Serviços prestados a empresas	26	35	27	12	3	3	4
Outros	5	3	4	6	1	5	4
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: (1) Valores referentes ao período janeiro a junho de 2002.

TABELA 1.2
IED NO BRASIL - DISTRIBUIÇÃO POR PAÍS (%)

Países	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002(1)
Estados Unidos	26	29	20	29	18	21	13
Alemanha	3	1	2	2	1	5	3
Suíça	1	1	1	1	1	1	1
Japão	3	2	1	1	1	4	2
França	13	8	8	7	6	9	15
Reino Unido	1	1	1	5	1	2	1
Países Baixos	7	10	14	7	7	9	20
Itália	0	0	3	1	2	1	2
Ilhas Cayman	9	22	8	8	7	8	12
Luxemburgo	4	0	0	1	3	1	2
Espanha	8	4	22	21	32	13	3
Portugal	3	4	8	9	8	8	2
Demais	24	18	13	8	11	17	25
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: (1) Valores referentes ao período janeiro a junho de 2002.

positivos sobre as contas externas brasileiras: i) ao transformar dívidas em investimento, as empresas reduzem a remessa de dólares ao exterior, e ii) há uma redução do endividamento externo brasileiro. O total da dívida externa do Brasil reduziu-se de US\$ 210,76 bilhões em março para US\$ 203,97 bilhões em abril de 2002.

Em relação à distribuição setorial dos IED, no primeiro semestre de 2002 a indústria recebeu 35% dos ingressos – ver Tabela 1.1. Vale ressaltar a participação dos IED nas indústrias de alimentos e bebidas, e de produtos químicos. O setor de serviços prosseguiu sendo o principal receptor dos fluxos de IED, mantendo a tendência iniciada a partir de meados dos anos 1990. No setor de serviços, o destaque ficou com “correio e telecomunicações” que recebeu 25% do montante de IED acumulado no primeiro semestre. No primeiro semestre de 2002, os Países Baixos, França e Estados Unidos foram os principais investidores externos diretos no Brasil – ver Tabela 1.2.

Para o ano, o Banco Central projeta um montante total de US\$ 18 bilhões em IED. Em relação ao déficit em transações correntes, a atual estimativa é de um montante de aproximadamente US\$ 20 bilhões. Entretanto, o Banco Central já anunciou que deverá revisar este número para algo ente US\$ 18 e US\$ 19 bilhões, tendo em vista o aumento do superávit comercial esperado, de US\$ 5 para US\$ 6 bilhões em 2002.

2) Nível de Atividade

O desempenho em maio

O índice de produção física da indústria, calculado pelo IBGE apresentou uma queda dessazonalizada de 5,1% em maio de 2002, ante o mês anterior, registrando o menor patamar de produção do ano até o momento – ver Gráfico 2.1. Na comparação com maio de 2001, verificou-se uma redução de 0,9%. No ano até maio, a produção física industrial acumulou uma queda de 0,3%, ante igual período de 2001. No acumulado em 12 meses até maio, por sua vez, a queda foi de 1,2%.

A redução ocorrida em maio foi verificada nas 4 categorias de uso e em 16 dos 20 ramos da indústria pesquisados. Os destaques de queda ficaram com os bens de consumo duráveis e bens de capital, com reduções dessazonalizadas de 12,9% e 9,7%, respectivamente, ante abril - ver Gráfico 2.2. A produção física de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis, por sua vez, registrou uma queda dessazonalizada de 8,0%, no período. A categoria de bens intermediários, com redução dessazonalizada de 2,2% em maio, ante abril, apresentou o melhor desempenho relativo.

No acumulado no ano até maio, o destaque de queda foi a produção de bens de consumo duráveis (5,2%). Na comparação com maio de 2001, os piores desempenhos couberam aos bens de consumo duráveis e bens de capital, com quedas de 9,7% e 5,9%, respectivamente.

Segundo a CNI, as vendas reais da indústria recuaram 3,19% na taxa dessazonalizada em maio ante abril. Comparando-

GRÁFICO 2.1
INDICADORES DO NÍVEL DE ATIVIDADE
COM AJUSTE SAZONAL - JAN 99=100

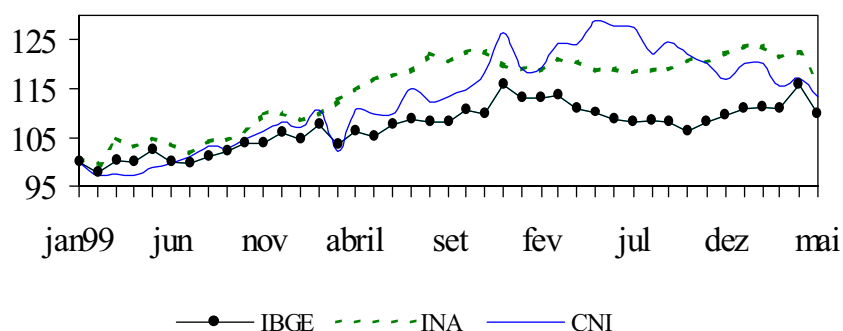
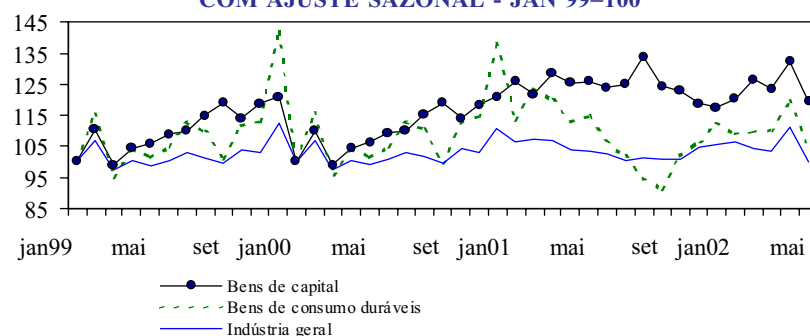


GRÁFICO 2.2
PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL - IBGE
COM AJUSTE SAZONAL - JAN 99=100



se com igual mês do ano anterior, esse indicador apresentou uma queda de 7,31%. No acumulado janeiro a maio desse ano ocorreu uma queda de 1,46%, ante o mesmo período de 2001, revertendo o resultado positivo acumulado até abril. No que concerne ao nível de utilização da capacidade instalada dessazonalizado, esse manteve-se praticamente estável, em 80,4%, ante os 80,6% de abril.

A produção de autoveículos em junho

A indústria automobilística brasileira, segundo a Anfavea, produziu em junho 147,4 mil veículos, apresentando um decréscimo de 8,45%, contra maio. Na comparação com junho de 2001, ocorreu uma queda na produção de 12,6%. No primeiro semestre do ano, a produção de 887,8 mil unidades foi inferior em 9,7% à registrada em igual período de 2001 - ver Gráfico 2.3.

A taxa de desemprego e o rendimento médio real

A taxa de desemprego aberto divulgada pelo IBGE em junho foi de 7,5%, não se alterando significativamente em relação ao mês anterior (7,7%). Em junho do ano passado, o indicador foi de 6,4%. No primeiro semestre deste ano a média da taxa de desemprego foi de 7,3%, superior à do mesmo período do ano passado (6,3%).

O rendimento médio real (deflacionado pelo INPC) das pessoas ocupadas, referente a maio deste ano cresceu 1,00% em relação ao de abril e caiu 1,8% em relação a maio de 2001 - ver Gráfico 2.4. De janeiro a maio deste ano, o rendimento médio real acumulou uma queda de 4,6%, ante o mesmo período de 2001.

GRÁFICO 2.3
PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS - ANFAVEA
EM MIL UNIDADES

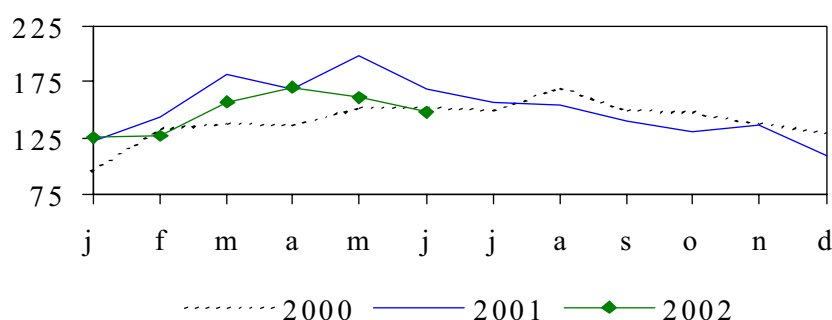
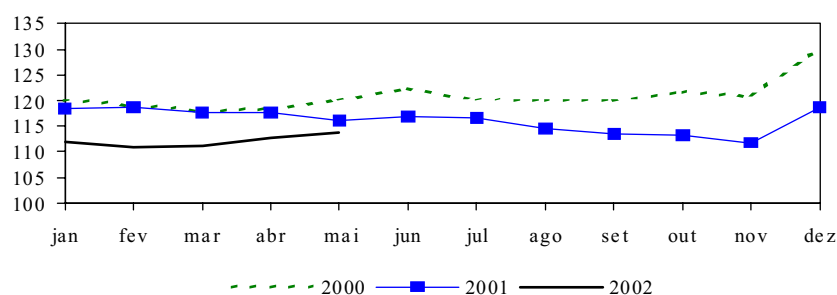


GRÁFICO 2.4
ÍNDICE DO RENDIMENTO MÉDIO REAL - IBGE
JULHO DE 1994=100



3) Inflação

Índices de Preços de Junho e Núcleo de Inflação

O IGP-DI de junho apresentou uma variação de 1,74%, o mais alto desde agosto de 2000, e o IPCA, de 0,42%, em comparação com os índices de maio de 2002, cujos resultados foram 1,11% (IGP-DI) e 0,21% (IPCA) - ver Tabela 3.1. Por sua vez, o IPC-FIPE alcançou a taxa de 0,31% em junho, superior à variação registrada em maio de 2002, que foi de 0,06%. A inflação média desses três índices de preço foi de 0,82% em junho, significativamente superior à média de 0,46% registrada em maio. No acumulado de 12 meses, a média desses índices resultou numa taxa de 7,70% até junho de 2002, ligeiramente inferior aos 7,83% registrados no acumulado 12 meses até maio de 2002.

O núcleo de inflação atingiu o valor mensal de 0,41% em junho, superior aos 0,36% de maio. No acumulado de 12 meses até junho, o núcleo de inflação apresentou uma taxa de variação de 6,94%, abaixo dos 7,10% registrados no acumulado 12 meses até maio - ver Gráfico 3.1.

A Evolução dos Preços em Julho

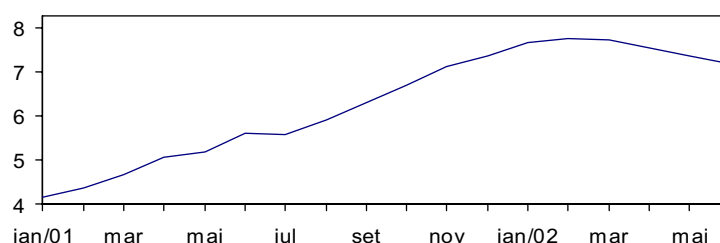
O Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela FIPE, registrou, na terceira quadrissemana do mês de julho, uma elevação nos preços de 0,43%, variação significativa se comparada ao índice registrado na segunda prévia de julho, que foi de 0,27%.

As principais pressões vieram dos itens: i) Alimentação - que possui o segundo maior peso na composição do índice - com elevação de 0,98% (bastante superior aos 0,36% registrados em todos o mês de junho), ii) Despesas Pessoais, que registrou uma

TABELA 3.1
INFLAÇÃO MENSAL (%)

Mês	Índices de preços			
	IGP-DI	IPCA	FIPE	Média
abr 01	1,13	0,58	0,61	0,77
mai	0,44	0,41	0,17	0,34
jun	1,46	0,52	0,85	0,94
jul	1,62	1,33	1,21	1,39
ago	0,90	0,70	1,15	0,92
set	0,38	0,28	0,32	0,33
out	1,45	0,83	0,74	1,01
nov	0,76	0,71	0,61	0,69
dez	0,18	0,65	0,25	0,36
jan 02	0,19	0,52	0,57	0,43
fev	0,18	0,36	0,26	0,27
mar	0,11	0,60	0,07	0,26
abr	0,70	0,80	0,06	0,52
mai	1,11	0,21	0,06	0,46
jun	1,74	0,42	0,31	0,82

GRÁFICO 3.1
NÚCLEO DE INFLAÇÃO (%)
TAXA ACUMULADA EM 12 MESES



variação de 0,65%, e iii) Habitação, com um aumento de 0,29%. O item Vestuário foi o único a apresentar uma variação negativa, de 0,03%.

A projeção da FIPE para a inflação acumulada no ano de 2002, passou de 4,0% para 4,5%.

O IGP-M em Julho

O IGP-M registrou um crescimento de 1,95% nos preços em julho, acima dos 1,54% de junho. No acumulado em 12 meses até julho, o resultado ficou em 9,99%, ante os 9,49% registrados nesse acumulado até junho. Já no acumulado do ano, o IGP-M ficou em 5,50%. O IPA-M, o IPC-M e o INCC-M registraram altas de 2,66%, 0,90%, e 0,63%, respectivamente, em julho.

4) Finanças Públicas

As NFSP no ano de 2002

O déficit público nominal – sem considerar a desvalorização nominal - foi de 2,84% do PIB no acumulado janeiro/junho de 2002, ante os 1,43% do PIB de igual período de 2001 – ver Tabela 4.1.

As despesas com os juros nominais sobre a dívida pública atingiram 7,55% do PIB no período, contra os 6,79% do PIB de janeiro a junho de 2001. Em relação ao resultado primário, houve um superávit de 4,71% do PIB no acumulado no ano até junho de 2002, ante um superávit de 5,36% do PIB em jan/jun de 2001.

TABELA 4.1
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (NFSP)(1) -
em % do PIB
SEM DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL

	2001		2002
	jan-jun	Ano	jan-jun
<i>Nominal</i>	1,43	3,54	2,84
Governo Central	0,09	2,05	0,84
Governo Federal	-0,06	2,18	2,01
Banco Central	0,15	-0,13	-1,17
Governos Regionais	1,52	2,03	1,46
Governos Estaduais	1,56	1,94	1,29
Governos Municipais	-0,05	0,10	0,17
Empresas Estatais	-0,18	-0,55	0,54
Empresas Estatais Federais	-0,35	-0,66	0,34
Empresas Estatais Estaduais	0,17	0,10	0,18
Empresas Estatais Municipais	0,00	0,01	0,01
<i>Juros Nominais</i>	6,79	7,28	7,55
Governo Central	3,52	3,97	4,26
Governo Federal	3,42	4,15	5,48
Banco Central	0,10	-0,19	-1,22
Governos Regionais	2,69	2,93	2,60
Governos Estaduais	2,35	2,56	2,21
Governos Municipais	0,34	0,37	0,39
Empresas Estatais	0,59	0,39	0,69
Empresas Estatais Federais	0,01	-0,03	0,09
Empresas Estatais Estaduais	0,57	0,40	0,58
Empresas Estatais Municipais	0,01	0,02	0,02
<i>Primário</i>	-5,36	-3,75	-4,71
Governo Central	-3,43	-1,91	-3,42
Governo Federal	-4,24	-3,04	-4,57
Banco Central	0,06	0,06	0,05
INSS	0,76	1,07	1,11
Governos Regionais	-1,17	-0,90	-1,14
Governos Estaduais	-0,78	-0,62	-0,92
Governos Municipais	-0,39	-0,28	-0,22
Empresas Estatais	-0,76	-0,94	-0,15
Empresas Estatais Federais	-0,35	-0,63	0,25
Empresas Estatais Estaduais	-0,40	-0,30	-0,40
Empresas Estatais Municipais	-0,01	-0,01	-0,01

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: (1) (-)=superávit.

A evolução das receitas federais

Segundo a Secretaria da Receita Federal (SRF), a arrecadação manteve-se relativamente estável em junho, ante o mesmo mês de 2001, apresentando uma pequena retração real de 0,05%. No acumulado no ano até junho, o total da arrecadação federal registrou um crescimento real de 9,20%, ante igual período do ano anterior.

A participação dos títulos públicos por indexador

A participação dos títulos indexados ao câmbio no total de títulos públicos federais foi de 29,9% em junho, ante os 28,1% de maio. Os títulos indexados à taxa over/SELIC registraram a participação de 50,4% em junho - ver Tabela 4.2. Os títulos pré-fixados, por sua vez, registraram uma participação de 8,6% no total de títulos federais em junho.

A dívida líquida do setor público

A dívida líquida do setor público – excluindo base monetária - foi de 54,6% em junho de 2002 – ver Tabela 4.3. Incluindo-se a base monetária, a dívida líquida foi de 58,6% do PIB.

TABELA 4.2
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS:
PARTICIPAÇÃO POR INDEXADOR (%)

Indexadores	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002(jun)
Câmbio	5,3	9,4	15,4	21,0	24,2	21,7	28,6	29,9
SELIC	37,8	18,6	34,8	69,1	61,1	52,4	52,8	50,4
Prefixados	42,7	61,0	40,9	3,5	9,2	15,3	7,8	8,6
Índices de Preços	5,3	1,8	0,3	0,4	2,4	5,9	7,0	8,9
Outros	8,9	9,2	8,6	6,0	3,1	4,7	3,8	2,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100

Fonte: Banco Central.

TABELA 4.3
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - FIM DE PERÍODO (% PIB) (1)

Composição	1998	1999	2000	2001	2002 (jun)
<u>Dívida interna</u>	32,5	34,4	35,5	38,4	42,2
Governo Central	17,2	17,7	19,3	20,5	23,5
Gov. estaduais e municipais	14,0	15,5	15,3	17,5	17,6
Empresas estatais	1,3	1,2	0,9	0,4	1,1
<u>Dívida externa</u>	6,4	10,4	9,7	10,6	12,4
Governo Central	4,3	8,0	7,5	8,4	10,1
Gov. estaduais e municipais	0,7	0,9	0,9	1,0	1,3
Empresas estatais	1,4	1,5	1,3	1,2	1,0
<u>Dívida total</u>	38,9	44,8	45,2	49,0	54,6
Governo Central	21,5	25,7	26,8	28,9	33,6
Gov. estaduais e municipais	14,7	16,4	16,2	18,5	18,9
Estados	12,7	14,2	14,1	16,4	16,7
Municípios	2,0	2,2	2,1	2,1	2,2
Empresas estatais	2,7	2,7	2,2	1,6	2,1
Federais	0,5	0,3	-0,4	-1,2	-0,7
Estaduais	2,1	2,2	2,4	2,6	2,6
Municipais	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2
Base monetária	4,4	4,6	4,2	4,3	4,0
Dívida total com base monetária	43,3	49,4	49,4	53,3	58,6

Nota: (1) Exclui a base monetária.

5) Mercado Financeiro

Banco Central reduz as taxas de juros básicas para 18,0% ao ano

Na última reunião do Copom - realizada ao longo dos dias 16 e 17 de julho - o Banco Central surpreendeu o mercado financeiro, reduzindo a taxa Selic de 18,5% para 18,0% ao ano, sem viés. A decisão tomou como base a confiança na priorização da estabilidade macroeconômica no próximo governo - qualquer que seja o candidato eleito - e o comportamento mais favorável dos preços de mercado, os chamados “preços livres”.

No mercado futuro, as taxas de juros DI, anualizadas, projetadas para agosto, setembro e outubro de 2002 fecharam, em 31/07, em 17,90%, 19,70% e 21,86%, respectivamente.

PIB dos EUA cresceu 1,1% no segundo trimestre

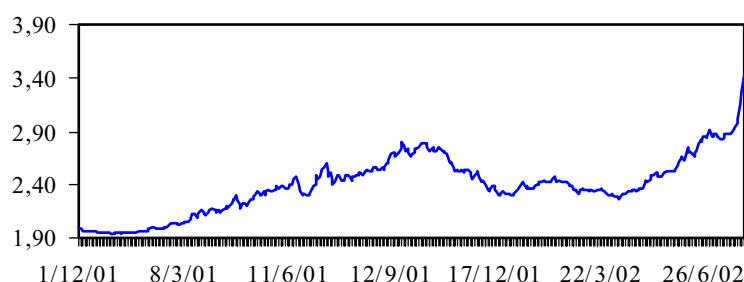
No segundo trimestre de 2002, o PIB dos EUA apresentou uma taxa de crescimento anualizada de 1,1%, segundo o Departamento do Comércio, expressivamente abaixo da projeção média do mercado, de cerca de 2%. Este resultado representou uma significativa desaceleração do ritmo de recuperação em relação ao primeiro trimestre, quando a taxa anualizada atingiu 5,0%. Os gastos com consumo registraram uma expansão anualizada de 1,9% no segundo trimestre, inferior aos 3,1% do primeiro trimestre. As despesas das empresas, por sua vez, apresentaram uma queda de 1,6% no segundo trimestre, o que representou a sétima queda trimestral consecutiva.

Este ritmo mais moderado de crescimento pode prosseguir no terceiro trimestre. O Índice de Confiança do Consumidor, do Conference Board, registrou uma queda em julho, para 97,1, ante os 106,3 em junho. Esta foi a maior queda observada desde outubro de 2001, após os atentados de 11 de setembro. A redução do entusiasmo dos consumidores pode ser preocupante, tendo em vista que os gastos com consumo representam cerca de dois terços do PIB dos EUA. O número de pedidos de auxílio-desemprego subiu 20 mil na semana que terminou em 27 de julho; esta foi a primeira alta em três semanas. Este número ficou acima das projeções do mercado que apontavam para um aumento de 13 mil.

A evolução da taxa de câmbio

No dia 31/07, a cotação da Ptax (venda) foi de R\$ 3,4285, ante os R\$ 2,8444 registrados no final do mês de junho, o que representou um aumento de 20,5% no mês - ver Gráfico 5.1. No ano, o real acumulou até julho uma desvalorização de 47,8%.

GRÁFICO 5.1
Ptax VENDA



Os contratos de US\$ futuro com fechamento em primeiro de setembro e outubro tiveram, em 31/07, cotações de R\$ 3,1866 e R\$ 3,1800, respectivamente.

A evolução do spread de risco soberano

O aumento das incertezas do mercado financeiro refletiu-se em um considerável aumento do risco país ao longo do mês de julho – ver Gráfico 5.2. O *spread* de risco país do Brasil foi de 1992 em média, em julho, ante os 1486 de junho - Tabela 5.1.

Preço do petróleo continua apresentando alta volatilidade

A cotação da cesta de petróleo continuou altamente volátil ao longo do mês de julho, apresentando uma leve tendência de elevação. Em média, o preço ficou em aproximadamente US\$ 25 em julho, ante um valor de US\$ 24 em junho – ver Gráfico 5.3.

GRÁFICO 5.2
SPREAD DE RISCO SOBERANO
EVOLUÇÃO DIÁRIA

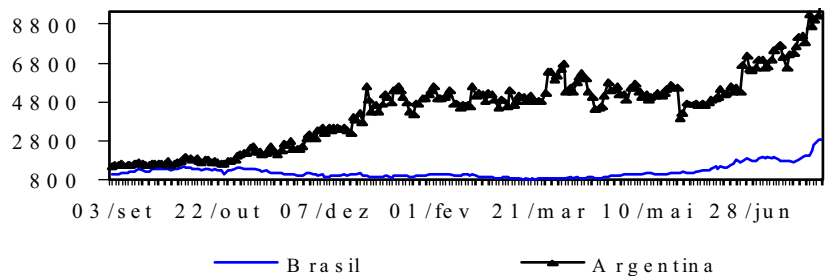


GRÁFICO 5.3
PREÇO DA CESTA DE PETRÓLEO (US\$)

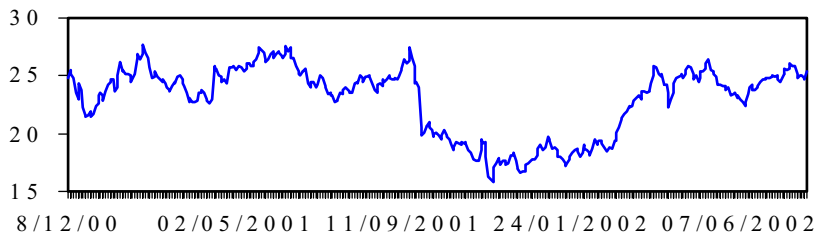


TABELA 5.1
SPREAD DE RISCO SOBERANO

Mês	Médias Mensais: Par-bond		
	Brasil	Argentina	México
1999	1233	901	769
2000	895	857	423
jan/01	875	891	421
fev/01	848	901	479
mar/01	895	1075	487
abr/01	966	1181	464
mai/01	991	1181	392
jun/01	979	1129	348
jul/01	1093	1552	387
ago/01	1095	1648	403
set/01	1244	1585	459
out/01	1333	1801	477
nov/01	1158	2416	424
dez/01	1022	3564	351
jan/02	980	4854	356
fev/02	1019	5055	332
mar/02	866	5114	264
abr/02	921	5535	252
mai/02	1112	5149	257
jun/02	1486	5393	326
ju l/0 2	1992	7769	407

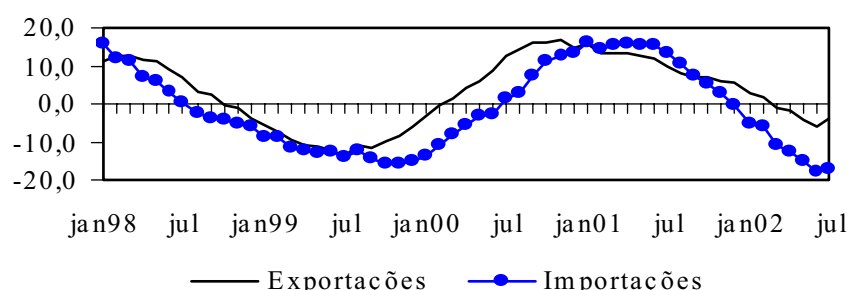
6) Setor Externo

A Balança Comercial em Julho

A balança comercial registrou em julho um superávit de US\$ 1,197 bilhão, com exportações de US\$ 6,223 bilhões e importações de US\$ 5,026 bilhões.

Com este resultado, a balança comercial acumulou no período janeiro/julho de 2002 um superávit de US\$ 3,803 bilhões, contra um superávit de US\$ 35 milhões registrados em igual período de 2001. De janeiro a julho, as exportações apresentaram uma queda acumulada de 7,7% e as importações, de 18,9%, ante igual período de 2001. No acumulado em 12 meses até julho, as exportações apresentaram uma redução de 3,8% e as importações, uma queda de 17,2% - ver Gráfico 6.1.

GRÁFICO 6.1
EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES
VARIAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES (%)



Exportações e Importações Desagregadas em Junho

No acumulado de 2002 até junho, as exportações apresentaram uma queda de 13,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já as importações mostraram um resultado mais acentuado, com uma redução de 22,6% até junho de 2002, ante o acumulado do ano passado até o mesmo mês – ver Tabelas 6.1 e 6.2.

Quanto às exportações, todas as suas subdivisões apresentaram uma redução do valor exportado no acumulado do primeiro semestre de 2002, ante o mesmo período do ano passado. O destaque de queda ficou com as vendas externas de produtos básicos com uma redução de 15,8%, no período. Os produtos industrializados como um todo apresentaram uma redução de 12,6%: os produtos semimanufaturados, queda de 12,9% e os manufaturados, 12,6%.

No que diz respeito às importações, novamente todas as categorias exibiram quedas na comparação do acumulado desse ano até junho contra o mesmo intervalo de tempo em 2001. O destaque de queda ficou com o subitem automóveis, com queda de 52,4%, impactando a categoria de bens de consumo duráveis, cuja redução foi 38,0%. As importações de bens de capital e de matérias-primas e bens intermediários apresentaram quedas de 25,9% e 23,3%, respectivamente, no período. A importação de combustíveis e lubrificantes apresentou uma redução de 10,0%. Por último, a importação de bens de consumo não-duráveis obteve o resultado mais brando, pois apresentou uma queda de 7,3% em relação ao mesmo período do ano passado.

Preços das Exportações prosseguem em recuperação

Os preços das exportações prosseguem em sua trajetória de recuperação - após atingirem um mínimo em março -, liderada, principalmente, pelos produtos básicos - ver Gráfico 6.2.

De acordo com a Funcex, os preços das exportações reduziram-se em 1,3% em junho de 2002, contra o mesmo mês do ano passado. Apesar desta queda, o resultado foi favorável, tendo em vista que em março o índice havia registrado uma redução de 10%, ante igual mês de 2001. Os preços dos produtos básicos aumentaram em 1,8% em junho, ante igual mês de 2001, o que representou uma recuperação notável frente à queda de 11,5% observada em março deste ano (contra igual mês de 2001).

No acumulado em doze meses até junho e no acumulado no primeiro semestre do ano, os preços das exportações apresentaram uma redução de 6,6%, ante os mesmos períodos do ano anterior. Apesar do movimento de recuperação, a média do índice de preços das exportações totais no primeiro semestre do ano (77,9) permaneceu significativamente abaixo da média do ano de 1998 (93,9).

GRÁFICO 6.2
ÍNDICES DE PREÇOS DAS EXPORTAÇÕES
FUNCEx - 1996=100

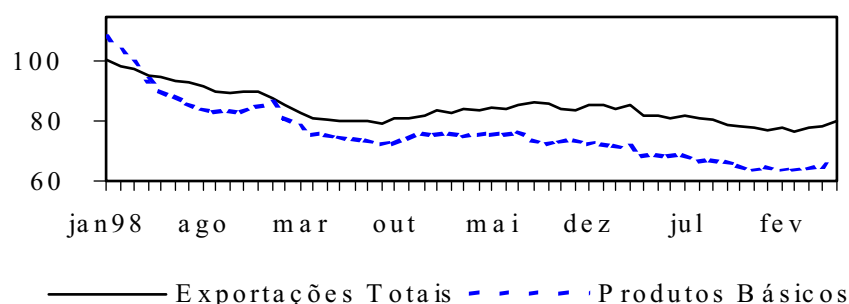


TABELA 6.1
EXPORTAÇÕES POR TIPO DE PRODUTO
EM US\$ MILHÕES FOB

Itens	Jan - Jun		Var. %
	2002	2001	
Básicos	6.251	7.428	-15,8
Industrializados	17.939	20.529	-12,6
Semimanufaturados	3.426	3.932	-12,9
Manufaturados	14.513	16.598	-12,6
Ops. Especiais	861	969	-11,1
Total	25.051	28.926	-13,4

Fonte: Secex.

TABELA 6.2
IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO
EM US\$ MILHÕES FOB

Itens	Jan - Jun		Var. %
	2002	2001	
Mat. primas e bens interm.	11.167	14.564	-23,3
Combust. e lubrificantes	2.715	3.018	-10,0
Bens de capital	5.711	7.712	-25,9
Bens de consumo	2.851	3.709	-23,1
Não-duráveis	1.662	1.792	-7,3
Automóveis	389	817	-52,4
Outros duráveis	800	1.100	-27,3
Total	22.444	29.005	-22,6

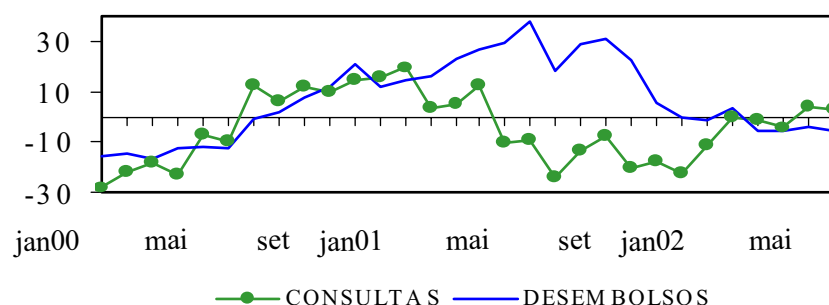
Fonte: Secex.

7) Operações do BNDES

A evolução dos desembolsos e das consultas

O valor real dos desembolsos de recursos do BNDES apresentou uma redução de 5,8% no acumulado em 12 meses até junho de 2002 - ver Gráfico 7.1. O valor das consultas - pedidos de financiamento - do BNDES registrou um aumento real de 2,9% no acumulado em 12 meses até junho de 2002.

GRÁFICO 7.1
BNDES: DESEMBOLSOS E CONSULTAS
VARIAÇÃO REAL ACUMULADA EM 12 MESES (%)
DEFLATOR: IGP-DI



Fonte: BNDES/GEDEG.

Desembolsos por tipo de operação e empresa do BNDES

O valor real dos desembolsos do Sistema BNDES registrou o montante de R\$ 13,5 bilhões no acumulado no ano até junho de 2002, 15% superior ao observado em igual período de 2001, ambos a preços de junho de 2002 - ver Tabela 7.1.

O BNDES apresentou um crescimento real de 10% de seus desembolsos no período. Isto resultou, principalmente, da expansão real das liberações com as operações diretas. A FINAME registrou um crescimento real de 39% de seus desembolsos no acumulado no ano até junho de 2002, ante mesmo período de 2001. A BNDESPAR, por sua vez, apresentou uma queda real de 84% de seus desembolsos no período.

TABELA 7.1
DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES (1)
Em R\$ milhões

Itens	2002	2001	Var. %
BNDES	6.717	6.091	10
Op. Diretas	4.344	2.422	79
Op. Indiretas	2.373	3.669	-35
FINAME	6.691	4.814	39
BNDESPAR	139	894	-84
Total	13.546	11.799	15

Fonte: BNDES/GEDEG.

Nota: (1) Valores acumulados até junho de cada ano, a preços de junho de 2002 - deflator IGP-DI.

A distribuição setorial dos desembolsos

A evolução dos desembolsos setoriais acumulados no ano a partir de janeiro de 2001 pode ser observada na Tabela 7.2. No acumulado no ano até junho de 2002, os destaques foram os setores de infra-estrutura e agropecuária, que apresentaram as maiores taxas reais de crescimento de suas liberações.

No período, as liberações para a indústria de transformação registraram a maior participação – de 53% - no total desembolsado – ver Tabela 7.3.

TABELA 7.2
CRESC. REAL ACUMULADO ATÉ O MÊS (1)
DESEMBOLSOS (%)

Meses	AGROP.	IND.	INFRA- TRANSF. ESTRUTURA	SERVIÇOS	TOTAL
jan/01	66	129	-44	-14	44
fev	52	64	-38	-35	23
mar	61	80	-26	-15	42
abr	56	76	-21	-17	39
mai	43	79	20	-21	41
jun	41	62	17	-23	42
jul	41	50	-30	-12	13
ago	33	55	5	-26	27
set	33	50	8	-22	26
out	31	28	11	-22	17
nov	39	17	-11	-20	5
dez	31	14	-21	-24	0
jan/02	20	0	71	13	14
fev	42	-8	409	13	51
mar	45	-37	235	-2	8
abr	41	-34	183	13	7
mai	51	-21	141	20	13
jun	40	0	60	23	15

Fonte: BNDES/GEDEG.

Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior - deflator: IGP-DI.

TABELA 7.3
DESEMB. SETORIAIS DO SISTEMA BNDES (1)
Em R\$ milhões

Setores	2002	2001	Var.%	Part% 2002
TOTAL	13546	11799	15	100,0
AGROPECUÁRIA	1818	1299	40	13,4
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	7175	7158	0	53,0
METALURGIA	438	1262	-65	3,2
MECÂNICA	477	610	-22	3,5
MATERIAL DE TRANSPORTE	3915	2584	52	28,9
CELULOSE E PAPEL	528	610	-13	3,9
QUÍMICA, P.F., PERF., S. E VELAS	432	235	84	3,2
PROD. ALIMENTARES E BEBIDAS	816	983	-17	6,0
OUTRAS	569	874	-35	4,2
INFRA-ESTRUTURA	3474	2170	60	25,6
SERVIÇOS	967	788	23	7,1
OUTROS	113	385	-71	0,8

Fonte: BNDES/GEDEG.

Nota: (1) Valores acumulados até junho de cada ano, a preços de junho de 2002 - deflator IGP-DI.

8) Anexo Estatístico

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DOS INDICADORES

	IGP-M / FGV			Dólar Comercial (var.%(1))			UMBDES (2)		
	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses
jan/01	0,62	0,62	9,28	0,80	0,80	9,35	0,47	0,47	6,38
fev	0,23	0,85	9,15	3,76	4,59	15,64	3,49	3,98	12,95
mar	0,56	1,42	9,59	5,69	10,54	23,70	3,90	8,03	17,66
abr	1,00	2,43	10,44	1,07	11,72	20,92	1,51	9,66	17,66
mai	0,86	3,31	11,04	8,02	20,68	29,19	8,21	18,67	25,33
jun	0,98	4,32	11,19	-2,33	17,87	28,05	-2,98	15,13	22,64
jul	1,48	5,87	11,09	5,48	24,33	36,99	5,66	21,64	32,79
ago	1,38	7,33	9,99	4,95	30,49	39,93	6,31	29,32	37,74
set	0,31	7,66	9,07	4,69	36,61	44,89	4,57	35,24	42,97
out	1,18	8,93	9,94	1,34	38,44	41,81	0,79	36,30	40,03
nov	1,10	10,13	10,82	-6,59	29,32	29,04	-6,76	27,08	27,07
dez	0,22	10,37	10,37	-8,24	18,66	18,66	-9,23	15,36	15,36
jan/02	0,36	0,36	10,09	4,22	4,22	22,68	3,60	3,60	18,95
fev	0,06	0,42	9,90	-2,90	1,20	14,81	-2,77	0,72	11,75
mar	0,09	0,51	9,39	-1,05	0,14	7,49	-0,92	-0,21	6,56
abr	0,56	1,07	8,91	1,67	1,81	8,13	2,29	2,07	7,38
mai	0,83	1,91	8,88	6,75	8,68	6,85	7,53	9,76	6,71
jun	1,54	3,48	9,48	12,78	22,57	23,39	13,83	24,94	25,19
jul	1,95	5,50	9,99	20,54	47,74	41,00	20,42	50,46	42,68

Fonte: BNDES e Gazeta Mercantil.

Notas:

(1) Taxa de final de período.

(2) Variação cambial da cesta de moedas do BNDES (UMBDES).

QUADRO DAS PREVISÕES ANUAIS (1)

INSTITUIÇÕES	PIB (1)		IED		NFSP (% PIB)		Exportações		Importações		B. Comercial		Saldo em C. Corrente		Taxa Selic (%)		Taxa de Câmbio	
	TOTAL				Primário		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		Final de Período		Final de Período	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003
BBV Banco	2,0	4,0	16,0	19,0	-3,8	-3,0	54,9	62,2	50,7	56,6	4,2	5,6	-21,0	-20,1	16,8	14,0	2,58	2,69
Chase	0,7	2,7	18,0	20,0	-4,0	-3,0	60,0	63,7	54,1	56,9	5,9	6,8	-21,6	-21,3	18,1	14,5	2,50	2,60
Citibank	1,8	3,8	17,0	20,0	-3,8	-4,0	55,7	59,6	50,4	53,1	5,3	6,5	-20,2	-20,9	18,3	15,8	2,55	2,70
CSFB Garantia	1,6	3,5	17,0	22,0	-3,9	-4,0	54,5	58,0	51,0	56,0	3,5	2,0	-20,7	-23,7	15,5	14,5	-	-
Macrométrica	2,0	4,0	20,0	17,0	-3,7	-3,5	50,7	51,5	46,5	46,7	4,2	4,8	-18,1	-14,5	18,0	14,8	2,73	2,80
MCM Consultores	2,6	3,0	-	-	-3,5	-3,5	53,6	59,4	49,0	54,4	4,6	5,0	-20,8	-22,4	17,0	14,5	2,40	2,50
Rosemberg	0,9	3,0	16,0	17,9	-3,8	-3,8	52,6	63,0	47,2	56,0	5,4	7,0	-18,5	-17,6	17,5	15,0	2,80	3,10
Unibanco	2,0	3,5	17,0	15,0	-3,5	-3,5	58,0	64,0	53,0	57,0	5,0	7,0	-19,0	-	17,0	14,0	2,60	2,65
MÉDIA	1,7	3,4	17,3	18,7	-3,7	-3,5	55,0	60,2	50,2	54,6	4,8	5,6	-20,0	-20,1	17,3	14,6	2,59	2,72
DESVIO PADRÃO	0,63	0,50	1,36	2,29	0,18	0,39	2,96	4,14	2,62	3,45	0,79	1,70	1,29	3,10	0,91	0,58	0,14	0,19

Nota:

(1) Variação percentual.

INFLAÇÃO - QUADRO DAS PREVISÕES

INSTITUIÇÕES	FIPE			IPCA			IGP-M		
	agosto	setembro	2002	agosto	setembro	2002	agosto	setembro	2002
BBV Banco	1,15	0,40	-	0,60	0,40	6,00	0,60	0,60	-
Chase	0,85	0,40	4,36	0,50	0,35	6,23	0,90	0,50	7,95
Citibank	0,95	0,55	4,80	0,55	0,30	6,10	1,07	0,51	8,00
CSFB Garantia	0,90	0,50	4,50	0,50	0,30	5,90	1,00	0,40	7,80
Macrométrica	0,77	0,62	-	-	-	-	1,05	0,92	-
MCM Consultores	0,85	0,50	4,30	0,50	0,30	6,10	1,50	0,50	8,90
Rosemberg	0,68	0,41	4,50	0,51	0,26	6,00	0,77	0,36	7,70
Unibanco	1,40	0,30	5,00	0,50	0,25	5,80	0,80	0,20	8,00
M é d i a	0,94	0,46	4,49	0,52	0,31	6,02	0,96	0,50	8,06
Desvio Padrão	0,23	0,10	0,19	0,04	0,05	0,14	0,27	0,21	0,43

ÍNDICES ECONÔMICOS

mês	Taxa de variação dos preços(%)						Taxa Referencial de juros (%)	Taxa de Câmbio-venda SP R\$/US\$		
	IPCA	IPC (FIP E)	IGP-M (FGV)	IGP-DI (FGV)	IPA-DI (FGV)	IPA Ind (FGV)		Comercial Média	Comercial (1)	Paralelo (1)
jan/01	0,57	0,38	0,62	0,49	0,40	0,78	0,14	1,95	1,97	2,14
fevereiro	0,46	0,11	0,23	0,34	0,31	0,31	0,04	2,00	2,05	2,14
março	0,38	0,51	0,56	0,80	1,01	0,27	0,17	2,09	2,16	2,21
abril	0,58	0,61	1,00	1,13	1,39	0,48	0,15	2,19	2,18	2,25
maio	0,41	0,17	0,86	0,44	0,18	0,49	0,18	2,30	2,36	2,55
junho	0,52	0,85	0,98	1,46	1,96	1,59	0,15	2,38	2,30	2,52
julho	1,33	1,21	1,48	1,62	1,93	1,89	0,24	2,47	2,43	2,59
agosto	0,70	1,15	1,38	0,90	1,13	1,05	0,34	2,51	2,55	2,63
setembro	0,28	0,32	0,31	0,38	0,48	0,75	0,16	2,67	2,67	2,79
outubro	0,83	0,74	1,18	1,45	1,88	1,94	0,29	2,74	2,71	2,82
novembro	0,71	0,61	1,10	0,76	0,73	0,65	0,19	2,54	2,53	2,64
dezembro	0,65	0,25	0,22	0,18	-0,09	-0,32	0,20	2,36	2,32	2,60
Acum. Ano	7,67	7,13	10,37	10,40	11,88	10,31	2,27	-	-	-
jan/02	0,52	0,57	0,36	0,19	-0,13	-0,32	0,26	2,38	2,42	2,57
fevereiro	0,36	0,26	0,06	0,18	0,14	0,36	0,12	2,42	2,35	2,48
março	0,60	0,07	0,09	0,11	-0,11	0,04	0,18	2,35	2,32	2,45
abril	0,80	0,06	0,56	0,70	0,75	1,30	0,24	2,32	2,36	2,49
maio	0,21	0,06	0,83	1,11	1,27	1,42	0,21	2,48	2,52	2,66
junho	0,42	0,31	1,54	1,74	2,50	1,74	0,16	2,71	2,84	2,84
julho			1,95				0,27	2,93	3,43	3,25
Acum. Ano	2,94	1,34	5,50	4,09	4,48	4,61	1,44	-	-	-

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Cotação de final de período.

REMUNERAÇÃO REAL DOS ATIVOS FINANCEIROS (%) (1)

Mês	Bolsa SP	Poupança	Over	Ouro-Spot	Paralelo	Comercial	CDB
jan/01	15,10	0,02	0,64	-2,85	-2,44	0,18	0,38
fev	-10,28	0,31	0,79	2,35	-0,23	3,52	0,74
mar	-9,65	0,11	0,69	0,83	2,69	5,10	0,39
abr	2,29	-0,34	0,19	2,89	0,80	0,07	0,04
mai	-2,64	-0,18	0,47	11,21	12,36	7,10	0,27
jun	-1,58	-0,33	0,29	-1,44	-2,14	-3,28	0,11
jul	-6,91	-0,73	0,01	-1,46	1,28	3,94	-0,28
ago	-7,92	-0,53	0,21	2,63	0,16	3,52	0,00
set	-17,42	0,36	1,02	13,16	5,76	4,37	0,75
out	5,60	-0,38	0,35	-5,55	-0,10	0,16	0,08
nov	12,55	-0,40	0,29	-8,18	-7,40	-7,61	0,01
dez	4,76	0,48	1,17	-2,49	-1,73	-8,44	0,89
Acum. no ano	-19,40	-1,61	6,29	9,42	8,05	7,50	3,43
jan/02	-6,64	0,40	1,17	5,20	-1,89	3,84	0,83
fev	10,25	0,56	1,19	0,16	-3,18	-2,96	0,94
mar	-5,64	0,58	1,28	0,61	-1,30	-1,14	1,00
abr	-1,82	0,18	0,92	2,88	1,07	1,11	0,59
mai	-2,52	-0,11	0,58	11,32	5,95	5,88	0,31
jun	-14,71	-0,87	-0,21	7,37	5,15	11,07	-0,40
jul	-14,04	-1,16	-0,41	18,04	12,24	18,23	-0,73
Acum. no ano	-31,85	-0,43	4,59	53,87	18,49	40,05	2,55

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Deflacionados pelo IGP-M.

CUSTO DO CRÉDITO (1)

Mês	TJLP	LIBOR(2) (6 meses)	Capital de Giro pré fixado(2)	Res. 63(3)	Desconto de duplicata(4)	Export notes(3)(7)	ACC(3)	Repasse do BNDES(5)	
								BNDES/FINAME automáticos	FINAME agrícola
jan01	9,25	5,45	32,90	8,82	3,10	10,26	8,19	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	5,15	27,52	8,05	2,65	14,75	7,27	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	-	4,75	32,60	8,41	3,11	-	7,20	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	9,25	4,42	31,72	9,09	3,02	15,93	7,04	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai	-	3,99	35,82	22,02	3,32	16,46	7,12	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jun	-	3,94	32,06	14,78	3,03	20,43	6,63	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul	9,50	3,73	37,81	9,32	3,55	20,11	7,04	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago	-	3,50	43,39	6,29	3,85	23,99	7,04	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
set	-	2,99	38,37	6,09	3,15	24,00	6,66	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
out	10,00	2,29	43,58	5,79	3,80	3,42	6,82	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
nov	-	2,05	36,36	7,37	3,29	11,14	6,27	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
dez	-	1,93	35,66	6,61	3,28	8,25	5,86	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jan02	10,00	1,87	41,31	4,52	3,65	5,45	5,58	1,0 a 4,5	1,0 a 4,5
fev	-	1,96	31,40	5,69	2,94	9,66	5,42	1,0 a 4,5	1,0 a 4,5
mar	-	2,19	34,19	5,81	3,20	11,74	5,37	1,0 a 4,5	1,0 a 4,5
abr	9,50	2,15	38,60	4,79	3,55	11,31	5,52	1,0 a 4,5	1,0 a 4,5
mai	-	2,03	36,67	5,60	3,41	15,38	5,64	1,0 a 4,5	1,0 a 4,5
jun	-	1,95	35,96	8,03	3,16	-	5,60	1,0 a 4,5	1,0 a 4,5
jul	10,00	1,85	37,38	12,85	3,71	45,56	6,89	1,0 a 4,5	1,0 a 4,5

Fonte: Banco Central.

Notas: (1) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas, Export notes e ACC, calculados a partir de dados do SISBACEN. (2)% ao ano. (3) % ao ano mais correção cambial. (4) Taxa antecipada - % ao mês (média mensal). (5) % ao ano + TJLP. A partir de agosto de 1997: % ao ano + TJLP + spread de risco do agente financeiro. (6) Capital de giro, Res.63, export notes, ACC e desconto de duplicatas: valores referentes a 18/07/02.(7) As significativas variações das taxas deste item nos últimos meses resultam de questões metodológicas referentes ao número de instituições pesquisadas. Para mais informações, consultar o SISBACEN.